

CAMARA MUNICIPAL DE MINDURI
ESTADO DE MINAS GERAIS
AV. GETÚLIO VARGAS, 55-CENTRO-CEP-37447-000

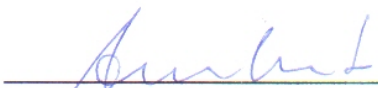
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, REALIZADA EM 28.04.2015.

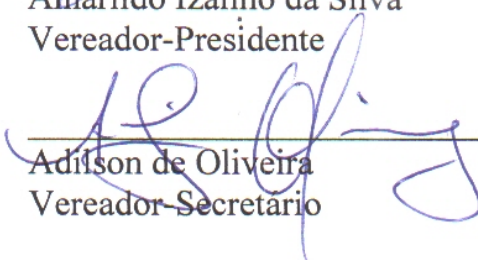
Aos vinte e oito dias do mês de abril, realizou-se a sexta reunião ordinária da Câmara Municipal de Minduri, do ano de dois mil e quinze. Às 19h, repassou-se a lista de presença, acusando o comparecimento dos nove vereadores. Às 19h05min, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e passou a palavra ao vereador-Secretário para a leitura da ata da reunião anterior, aprovada por oito votos. Na leitura da correspondência, foi destaque a Indicação nº 008/2015, do vereador Giovani Vilela Alves, sugerindo ao Senhor Prefeito o conserto de vazamento de rede de esgoto na Rua Minas Gerais, situada em frente à casa da Senhora Ivone Alves Araújo, próxima ao ponto de venda de lanches do Senhor Daniel Cunha e próxima também ao prédio da prefeitura. A seguir, foram lidos os pareceres das Comissões Permanentes sobre os projetos de lei nºs. 003 e 005/2015. Passando-se à ordem do dia, foram apresentadas ao plenário, para discussão e votação, as seguintes proposições: 1- Requerimento nº 004/2015, firmado pela vereadora Raquel Aparecida da Silva, solicitando que fossem apreciados por esta Casa, de forma a serem discutidos e votados em turno único, nesta reunião, os Projetos de Lei nºs. 003 e 005/2015. Este Requerimento foi aprovado por oito votos; 2-Projeto de Lei nº. 003/2015, que “dispõe sobre a regulamentação do artigo 102, da Lei Orgânica Municipal, para uso do maquinário público do município de Minduri para fins de prestação de serviço a particular e dá outras providências”. Colocado em votação, o vereador João Francelino assim se manifestou: “Eu quero justificar o meu voto. Primeiro, gente, que este projeto já esteve aqui na Câmara, uma ou duas vezes, não é? Acho que uma. Já esteve aqui uma vez para ser votado e nós o rejeitamos. Agora ele voltou sem mudar nada. Eu não mudei de opinião e tem outra coisa; é o seguinte: eu tenho andado aí nessas outras cidades e nunca ouvi falar que uma máquina que vem para a prefeitura é uma máquina para ajudar a população do município de Minduri. E lá em outra cidade nunca ouvi que a prefeitura cobrou de alguém. Eu tenho um exemplo muito grande em relação a Carrancas: é o maior município que nós temos na região e suas estradas são as melhores. Então, quando a gente está fazendo uma coisa que não vai indo bem, mas que está dando certo na cidade vizinha, então temos que ir até lá e copiar. A minha solução é só essa, entenderam? Então o meu voto é contra”. O vereador Peterson: “Quero justificar meu voto também: quando esse projeto veio aqui para a Câmara, eu estive fazendo uma pesquisa em outras prefeituras aqui da região. Como é que funciona este tipo de uso máquina nos outros municípios. Inclusive eu tenho alguns amigos que são vereadores em

São Vicente de Minas e pedi a eles também informação de como funciona lá. E lá a prefeitura - eu até trouxe aqui, tenho impresso aqui - pedi até para o Jairo, se depois ele quiser anexar esse impresso aqui junto com a ata, e se algum cidadão depois quiser vir aqui e ter acesso e saber porque a gente votou contra, ele vai poder ver que lá na prefeitura de São Vicente a prefeita não mandou o projeto para a Câmara, ela determinou por decreto. Ela baixou decreto e portaria e determinou, ou seja, vai cobrar o uso da máquina para quem tem condição. Para quem comprovando que não tem condição, é produtor rural que ganha menos de um salário mínimo, a utilização do maquinário é de graça ou que também é cadastrado, se não me engano, no sindicato. Está aqui a explicação. Então, o que eu vejo lá é o seguinte: ela fez por decreto, ou seja, ela matou no peito... Não ficou jogando para vereador, entenderam? O que eu vejo nisso aqui é uma grande situação para ter motivo de culpa de vereador. Como eu não sou agarrado nas calças de prefeito nenhum, nem sou vereador comprado é o seguinte: se o prefeito está vendo que não tem dinheiro, que a prefeitura precisa de dinheiro ou alguma coisa desse tipo, ou talvez não queira emprestar a máquina para certas pessoas, que o prefeito converse com as outras pessoas quando elas forem pedir a máquina e que ele dê um jeito de cobrar de quem pode pagar. Mas, que ele faça um decreto igual o que a prefeita de São Vicente fez. Eu acho injusto hoje chegar aqui e dar uma decisão dessa situação na nossa mão. Eu ando nas estradas rurais daqui de Minduri e vejo que já estiveram melhores. Assim que ele assumiu a prefeitura teve bem melhor: arrumou praticamente todas as estradas aqui do município. Hoje tem estrada aqui que está péssima. Em São Vicente também não posso elogiar as estradas. Porque ando nas estradas de lá e não são das melhores. Agora, Carrancas, eu posso falar como o João disse. Eu ando pra lá e depois que passo da divisa a estrada é excelente. Tanto é que se vai daqui à cidade de Carrancas praticamente sem nenhum buraco ou a água levando a estrada como acontece aqui. Então o meu voto é contra e a minha justificativa é essa: se em São Vicente houve decreto e não precisou passar pela Câmara, acredito então que aqui também não precisa passar. Como a gente não sabe da situação da prefeitura, a gente não sabe de nada que está acontecendo, se tem dinheiro, se não tem, se está faltando, se não está... Então, que o prefeito seja mais claro talvez em explicar para a gente se a prefeitura está precisando de dinheiro e faça um decreto, determinando e colocando critérios que ele ache justos para que as pessoas que precisarem utilizar a máquina possam ir lá e conversar com o ele para ver o que é melhor. Meu voto é contra”, concluiu o vereador Peterson. O vereador Adilson de Oliveira: “Gostaria de deixar meu parecer: a gente faz requerimento e indicação e o prefeito está sempre respondendo que a prefeitura não tem dinheiro, que a prefeitura está assim, que está assado. Eu concordo em partes com o vereador Peterson, porque quando aperta lá, dá impressão e dá sinal que se não der certo a culpa é dos vereadores,

entenderam? Não foi esse o primeiro projeto que acontece isso. Já houve outras situações aqui e vão vir situações ainda piores do que esta. O que vai acontecer: ah! os vereadores não quiseram. Ah, os vereadores votaram contra. Não gostaria nem de usar o termo aqui, que começa assim: “tirar do dele”... o resto vocês sabem o que é. Então, dentro do que eu estou falando aqui, amanhã este projeto que a gente está votando: “não vou emprestar porque a prefeitura não tem dinheiro e os vereadores votaram contra e vocês não tem dinheiro para pagar”. O vereador Peterson: “me permite só uma fala na sua justificativa? Eu quero ser bem claro que não sou contra a máquina ajudar as pessoas. Eu sou contra cobrar. Ser contra ajudar é como o Senhor está dizendo bem claro mesmo: amanhã ou depois não emprestam a máquina porque a gente não quis. A gente está votando contra a cobrança da máquina e não contra o serviço.”. O vereador Adilson: exatamente, dentro disso virão outras coisas. Porque qualquer coisa dá desculpa que não tem dinheiro. Concordo em partes que a gente vive um momento difícil. Não só em Minduri, mas no Brasil. A televisão está aí... Vê quem quiser. Mas tem que se dar um jeito, tem que correr atrás, tem que buscar. Nós tivemos aqui quatro ou cinco deputados, que tiveram uma votação expressiva; então falta correr atrás e ver quem era e quem não era dele. Quem teve mais voto... Para quem trabalhou... E ajudar o município a buscar situações, porque é agora que se vê a capacidade do administrador em driblar. É driblar essa crise e não jogar amanhã a responsabilidade para cima da Câmara, dizendo: vocês não têm máquina hoje, porque os vereadores não quiseram. Eu sou a favor já que fizeram um decreto. Faz decreto por contra própria, se é legal, se é lei, se pode... Tem certas coisas que não precisam passar pela Câmara não. Isso é tirar de lá e deixar uma situação constrangedora para nós vereadores. É certo? Eu voto de acordo com maioria”. O vereador João Francelino pede aparte ao vereador Adilson e se manifesta: “Eu vejo aqui esse projeto da criança e do adolescente. Esse projeto não precisava ter vindo para a Câmara de novo, pois já veio e já foi votado. Eu tenho observado aqui na Câmara que tem vários projetos que estão vindo aqui, que não precisam passar pela Câmara. E, às vezes, um projeto que precisa ser passado pela Câmara não vem, entenderam? Então, outra coisa: as pessoas estão me abordando na rua me perguntando se foi a CGU que mandou enviar o IPTU para Cruzília. A CGU não mandou ninguém enviar IPTU para Cruzília não, gente! Então, para aquelas pessoas que estão me perguntando hoje, estou falando aqui porque já abrange a maioria do município. Não estou falando que fez errado ou deixou de fazer, mas chegar para a pessoa e falar que a CGU esteve em Minduri e mandou? Não! A CGU não mandou nada. Então estou aproveitando para explicar isso aqui para o pessoal saber, entenderam? E falar que houve uma vez também de um terreno público, que eu comentei com o prefeito aqui dentro da Câmara: esse terreno que você está doando não precisa passar pela Câmara. Ele falou aqui alto e em bom tom e com testemunha, que lá na

prefeitura tem uma lei que ele poderia fazer o que quisesse com o terreno, certo? Ele fez do jeito dele e está errado. A justiça está cobrando dele, errou lá trás, errou... E ele vem errando também, continua errando e foi avisado aqui. Então depois é muito fácil jogar a culpa nos vereadores, não igual vocês falaram “mata no peito” e faz o que você quer fazer, mas assume o que está fazendo, entenderam? Então era esse recado que eu queria deixar para a população”. O vereador Adilson: “só para finalizar a minha argumentação sobre o projeto, dentro dessa linha de raciocínio, eu também não sou contra o projeto sou contra cobrar. Nós tivemos um projeto em que a gente dizia: se vai emprestar para um, para branco, para preto, para rico, para pobre, tem que ser igual para todo mundo. Então agora a situação que vai chegar e vai vir em cima da gente. Mesmo assim sou a favor da maioria que votou contra”. A vereadora Maria Cecília pediu licença ao vereador Adilson e acrescentou: “É um assunto complexo: como você vai determinar quem pode pagar? Assim, por aparência? Aquele ali pode, aquele ali não pode. Isso ai é complexo e também não funciona desse jeito”. O vereador Peterson: “No projeto até fala que não pode ceder a máquina de graça. Mas, independente disso, se vai beneficiar o rico, mas o rico não está produzindo? Não está dando emprego? Não pode deixar de ser beneficiado”. A vereadora Maria Cecília: “um município pequeno como o nosso é todo mundo. Não pode ser para e um e para outro”. O vereador Peterson: “Se você ajuda um rico você está ajudando a todos do mesmo jeito. Quando você ajuda a um o menos favorecido, você está ajudando a todos do mesmo jeito”. Concluídas as justificativas e a votação, apurou-se o seguinte resultado: votaram pela rejeição do projeto nº 003/2015 os vereadores João Francelino, Adilson de Oliveira, Peterson Andrade Ferracciu, Maria Cecília Alves Vilela, Giovani Vilela Alves e Adão Rodrigues de Oliveira; votou pela aprovação o vereador João Luiz Lindolfo; absteve-se de votar a vereadora Raquel Aparecida da Silva. 3-Projeto de Lei nº. 005/2015, que “dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências”, aprovado por oito votos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, lavrou-se esta ata, que depois de lida, apreciada e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa Diretora.


Amarildo Izalino da Silva
Vereador-Presidente


Adilson de Oliveira
Vereador-Secretário